

Base aliada se preocupa

■ Crise da economia impõe mais rapidez na votação do ajuste

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA – Os líderes dos partidos que apóiam o governo estão apreensivos com a situação econômica, mas confiam na aprovação pela Câmara das medidas que complementam o ajuste fiscal – a regulamentação da reforma administrativa, a CPMF e o Orçamento da União. Mais uma vez os líderes apostam que o sentimento de pânico diante da deterioração da situação econômica fará com que os aliados aprovem as propostas que serão votadas esta semana. "Estamos todos apreensivos porque a semana que vem será decisiva", disse o líder do PSDB, deputado Aécio Neves (MG).

O ministro da Saúde, José Serra, defendeu o estabelecimento do rito sumário para a votação da CPMF: "Nós não podemos renunciar a um imposto como a CPMF", disse o ministro. Os líderes aliados avaliam a possibilidade de promover mudanças no regimento para que isso ocorra. Mas o PT, por exemplo, já fechou questão contra qualquer alteração no regimento interno da Câmara. O líder petista, Marcelo Déda (SE), chegou a cogitar de firmar com a base governista um acordo de procedimentos para agilizar a votação da CPMF, mas foi desautorizado pela bancada.

Câmbio – Os líderes aliados estão preocupados com o desenvolvi-



Aécio Neves, líder do PSDB na Câmara: "Estamos todos apreensivos"

mento da crise na próxima semana: "Ninguém sabe onde ficará o ponto de equilíbrio e até onde vai isso", reconheceu o líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), referindo-se à liberação cambial e à desvalorização do real em relação ao dólar – que ontem chegou a 29%.

O governo mais uma vez não pode perder nas votações da semana, por-

Carlos Eduardo – 23/11/98

Nós estamos mobilizando a base parlamentar para aprovar o Orçamento e a reforma administrativa", afirmou o líder do PMDB, deputado Geddel Vieira Lima (BA).

Apoio – A expectativa entre os aliados é de que a base sofrerá muita pressão dos servidores federais, estaduais e municipais para não aprovar a regulamentação da reforma administrativa. As medidas que serão votadas tratam da demissão por insuficiência de desempenho e por excesso de quadros e, por isso, os aliados consideram que o apoio ao governo poderá diminuir em relação à votação dos inativos, quando 334 deputados da base foram solidários. "Nós estamos trabalhando pois precisamos demonstrar ao mercado que está assegurada a governabilidade do país", explicou um assessor do presidente.

O compromisso da maioria do Congresso com o equilíbrio das contas públicas será testado na votação do orçamento. Pela primeira vez, a Comissão de Orçamento aprovou um dispositivo determinando que a prioridade é garantir um superávit primário de R\$ 16 bilhões – para atender a acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Se deputados e senadores aprovarem em plenário esta proposta o cumprimento de toda a programação orçamentária restante – incluindo custeio e investimentos – estará subordinado a obtenção do superávit. "A situação é crítica e, no momento, é mais importante controlar a dívida pública do que gastar", resumiu o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA).